

## BREVES REFLEXÕES SOBRE A IMPORTÂNCIA DA LITERATURA DE AUTORIA FEMININA NO CURRÍCULO ESCOLAR: DA UTOPIA CONCRETA À REALIDADE

*Brief Reflections about the Importance of Women's Literature in The School Curricula: From Concrete Utopia to Reality*

Hyalle Jayne SILVA

Instituto Federal de Alagoas

[hjs1@aluno.ifal.edu.br](mailto:hjs1@aluno.ifal.edu.br)

<https://orcid.org/0000-0001-5165-1565>

Cleusa Salvina Ramos Maurício BARBOSA

Instituto Federal de Alagoas

[cleusa.barbosa@ifal.edu.br](mailto:cleusa.barbosa@ifal.edu.br)

<http://orcid.org/0000-0001-8627-2901>

**RESUMO:** Ao traçarmos uma breve cartografia no que concerne à produção literária nacional, e, em particular, à escrita de autoria feminina, percebemos a manutenção de nomes de escritores na grande circulação de obras no mercado editorial. A escassez de títulos escritos por mulheres também é observada nas coleções escolares do ensino de literatura. O cânone literário tem sido um espaço onde, majoritariamente, escritores têm suas obras consolidadas, em detrimento da supressão e/ou restrição de nomes de autoras. Essa hegemonia de obras escritas por homens vem influenciando a formação literária dos/as estudantes durante a trajetória acadêmica. Pretendemos problematizar a necessidade de incluir, neste ambiente, obras de autoria feminina que promovam a representatividade e a equidade. Para tanto, utilizaremos o pensamento utópico de Ernst Bloch (2005) como força motriz revolucionária, que luta para destruir as relações dominantes e construir novas no lugar. Recorreremos, também, às teorizações acerca dos Estudos de gênero, de Judith Butler (2021), e aos documentos curriculares para o ensino de literatura, presentes na Base Nacional Comum Curricular – BNCC. Essa discussão inicial busca pensar a práxis do ensino de literatura de maneira e ampliá-la, indo além da divisão de conteúdos atual, embasada em concepções tradicionais, e evidenciando autoras mulheres no currículo escolar.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ensino de Literatura; Escrita de Autoria Feminina; Perspectiva Utópica; Reconfiguração do Cânone.

**ABSTRACT:** When we trace a brief cartography, regarding the national literary production, and, in particular, the writing of female authorship, we perceive the maintenance of names of writers in the circulation of works in the publishing market. The scarcity of titles written by women is also observed in school collections of teaching literature. The literary canon has been a space in which, mostly, writers have their works consolidated, to the detriment – suppression and/or restriction – of women authors. This hegemony of works written by men has influenced the literary formation of students during their academic trajectory. We intend to problematize the need to include, in this environment, works by women that promote representation and equity. To this end, we will use Ernst Bloch's (2005) utopian thought as a revolutionary driving force, which struggles to destroy dominant relationships and build new ones in their place. We will also use Judith Butler's (2021) theorizations about Gender Studies and curricular documents for the teaching of literature, present in the National Common Curricular Base - BNCC. This initial discussion seeks to think about the praxis of teaching literature in a way and expand it, going beyond the current division of content, based on traditional conceptions, and highlighting women authors in the school curriculum.

**KEYWORDS:** Teaching Literature; Women's Writing; Utopian perspective; Reconfiguration of the Canon.

## PONTO DE PARTIDA

Em *Os diários - Volume I (1915 - 1918)*, Virginia Woolf registra sua vontade de comprar uma prensa para montar sua própria editora. Junto com o marido, Leonard Woolf, ela fundou, dois anos depois de sua confissão no diário, a Hogarth Press, editora que publicou a maior parte de sua própria obra, incluindo *Um teto todo seu*.

Um dos trabalhos mais importantes para o movimento feminista, *Um teto todo seu* é um ensaio baseado em uma série de palestras ministradas em outubro de 1928 em duas escolas para mulheres na Cambridge University. O escrito evidencia a importância da independência feminina e a relevância de ter um espaço físico próprio e privado para que as mulheres pudessem escrever sem interrupções. Isso iria romper uma tradição patriarcal de nomes majoritariamente masculinos na lista de escritores consagrados. O que Virginia aponta em sua obra, publicada pela primeira vez em 1929, ainda reflete o mercado editorial do século XXI: poucos títulos de autoria feminina nas listas de mais vendidos e um número restrito de editoras comandadas por mulheres.

No ano de 2014, o movimento “Leia Mulheres” surgiu na terra de Virginia Woolf. A campanha iniciou-se na internet com a *hashtag* #ReadWomen2014, criada pela escritora e ilustradora inglesa Joanna Walsh, e rapidamente repercutiu em todo o mundo. O objetivo da ação foi promover a reflexão acerca da quantidade de obras de autoria feminina que lemos anualmente e incentivar a leitura de livros escritos por mulheres, tendo em vista que o mercado editorial ainda é muito restrito. No ano seguinte, aqui no Brasil, a iniciativa provocou Juliana Gomes, Juliana Leuenroth e Michelle Henriques a criarem o “Leia Mulheres”, que promovia inicialmente encontros presenciais em livrarias e espaços culturais de São Paulo. O movimento se expandiu e hoje conta com coordenadoras em todo o País e encontros mensais para discutir obras de autoria feminina, clássicas ou contemporâneas.

Entre as primeiras publicações de Virginia Woolf e o movimento “Leia Mulheres” aqui no Brasil, um século se passou. Apesar dos avanços alcançados pelos movimentos feministas, no campo editorial as coisas aparentemente evoluíram pouco. As mulheres ainda são coadjuvantes nas editoras e o número de obras assinadas por autores homens ainda é expressivamente maior do que o número de publicações de autoras mulheres.

Segundo Regina Dalcastagnè, assim como ocorre com a política, os indivíduos que estão excluídos da expressão literária (mulheres, negros, indígenas) acreditam que não são capazes de produzir literatura. Isso porque o conceito de “literatura” contempla apenas a produção de um grupo privilegiado de artistas, comumente homens cis, brancos,

de classe média. Ela destaca que “o campo literário reforça esta definição dominante de literatura, através de suas formas de consagração e de seus aparatos de leitura crítica e interpretação. [...]” (2005, p. 18) Dessa forma, delimitar quem possui legitimidade para produzir literatura provoca a perda da diversidade.

Preocupar-se com a diversidade é de importância política, haja vista que a representação artística reverbera no debate público. Além disso, a injustiça social não ocorre apenas no âmbito econômico, mas também no cultural.

[...] Isto significa que a luta contra a injustiça inclui tanto a reivindicação pela redistribuição da riqueza como pelo reconhecimento das múltiplas expressões culturais dos grupos subalternos: o reconhecimento do valor da experiência e da manifestação desta experiência por trabalhadores, mulheres, negros, índios, gays, deficientes. A literatura é um espaço privilegiado para tal manifestação, pela legitimidade social que ela ainda retém. Daí a necessidade de democratizar o fazer literário – o que, no caso brasileiro, inclui a universalização do acesso às ferramentas do ofício, isto é, o saber ler e escrever. (DALCASTAGNÈ, 2005, p. 19-20)

As mulheres - bem como a população negra, pessoas LGBTQIA+, indígenas, pessoas com deficiência, entre outros grupos marginalizados - possuem dificuldades evidentes para acessar as esferas de produção discursiva, conforme nota-se em diversos âmbitos da sociedade. Contudo, segundo Dalcastagnè (2005), da mesma forma que esses grupos precisam ter mais presença na mídia, política e espaços públicos para haver a redemocratização dessas zonas, o mesmo deve ocorrer na literatura.

Tendo em vista a relevância de investigar o cenário editorial brasileiro no que concerne à propagação de obras de autoria feminina, buscamos nos voltar para a discussão sobre a influência desse mercado no cânone literário e na formação dos currículos de literatura que contemplarão estudantes do Ensino Médio no Brasil. A ideia não é criticar autores individualmente, mas refletir sobre as obras que passam pelas principais editoras, chegam ao grande público no Brasil e influenciam estudantes, leitores/as e novos escritores/as.

Ao fazermos um breve levantamento sobre a produção literária nacional, e, particularmente, a escrita de autoria feminina, percebemos a manutenção de nomes de escritores na grande circulação de obras no mercado editorial. Procuramos discutir a relevância da literatura de autoria feminina nos currículos escolares e pretendemos problematizar a necessidade de incluir nesse ambiente obras escritas por mulheres que promovam a representatividade e equidade.

Embora a pesquisa ainda esteja na fase de levantamento bibliográfico, é possível apontar alguns dados substanciais e muito sintomáticos dessa realidade que influencia diretamente o que lemos, quais obras são vistas com maior prestígio e quais autores/as são tidos como mais relevantes no país.

## BREVE PERCURSO HISTÓRICO

No Brasil, a restrição ao espaço artístico para as mulheres ocorre desde o período imperial, quando apenas os homens podiam frequentar escolas de arte. Quando as mulheres passaram a ser aceitas nas aulas formais de pintura ou escultura, por exemplo, eram obrigadas a pagar o dobro do valor cobrado dos alunos homens e não tinham acesso às aulas com modelos nus. À medida que passaram a conseguir espaço em exposições, ainda no século XIX, a crítica limitava-se a comparar as obras apenas com as de outras mulheres ou com as peças de homens considerados “amadores”. Chamadas de “arte feminina”, as pinturas e esculturas eram analisadas pelos críticos sob parâmetros como “leveza nas pinceladas”, “delicadeza” e “olhar feminino”, termos que demonstram uma análise de características que não se sustentam nas obras (ARTEREF, 2021).

Com a literatura não seria diferente: por muito tempo a leitura e escrita foram maneiras de demonstrar poder e erudição, além de serem limitadas aos homens. Analisando historicamente a trajetória da escolarização formal das mulheres, temos como outro exemplo da limitação imposta ao gênero feminino, a primeira lei regulamentadora da educação no Brasil que, em 1827, determinava que a educação destinada às mulheres deveria contemplar apenas conceitos matemáticos básicos e destinava a elas aulas obrigatórias de prendas domésticas.

Nessa época, o debate sobre a educação das mulheres já havia ebulido, sobretudo na Europa. A escritora, filósofa e defensora dos direitos das mulheres, Mary Wollstonecraft publicou em 1792 a obra *Reivindicação dos direitos da mulher*, na qual afirma:

[...] O entendimento do sexo feminino tem sido tão distorcido por essa homenagem ilusória que as mulheres civilizadas de nosso século, com raras exceções, anseiam apenas inspirar amor, quando deveriam nutrir uma ambição mais nobre e exigir respeito por suas capacidades e virtudes (WOLLSTONECRAFT, 2017, p. 25).

No Brasil, diversas mulheres contribuíram para fomentar tanto o acesso das mulheres à educação formal quanto o debate feminista. Entre elas, podemos citar Maria Firmina dos Reis, primeira romancista negra brasileira; Nísia Floresta, provavelmente a

primeira mulher a publicar textos em jornais no País e militante dos direitos das mulheres, indígenas e negros; e Antonieta de Barros, primeira parlamentar negra no Brasil e defensora do acesso ao ensino superior para mulheres e para a população negra.

Com isso, compreende-se que a produção literária de escritoras no Brasil sempre existiu. Contudo, a visibilidade dessas produções sempre foi minimizada. Sobre mulheres e ficção, Virginia Woolf aponta:

[...] É de se imaginar que ela seja da maior importância; na prática, ela é completamente insignificante. Ela permeia a poesia de capa a capa; está sempre presente na história. Domina a vida de reis e conquistadores na ficção; na vida real, era a escrava de qualquer garoto cujos pais lhe enfiassem um anel no dedo. Algumas das palavras mais inspiradas, alguns dos pensamentos mais profundos da literatura vieram de seus lábios; na vida real, ela pouco conseguia ler, mal conseguia soletrar e era propriedade do marido (WOOLF, 2014, p. 66-67).

Assim como apontado por Woolf em *Um teto todo seu*, também no Brasil as mulheres estavam limitadas a serem vistas como propriedades de seus maridos e meras musas da produção artística, não podendo elas mesmas produzirem sua própria arte.

Segundo levantamento feito por Ieda Magri (2014a), na última década, dos 70 autores mapeados com alta visibilidade mercadológica no Brasil, apenas 10 eram mulheres. Além disso, dos 24 autores brasileiros mais traduzidos em outros países, apenas cinco são mulheres. (MAGRI, 2014b) Essas constatações mostram que, atualmente, o cenário editorial brasileiro ainda sofre com as consequências da restrição das mulheres à produção literária.

Isso se constata também em outras instâncias. Das 115 edições do Nobel de Literatura, apenas 16 mulheres foram premiadas até hoje. São elas: Selma Lagerlöf (Suécia) em 1909, Grazia Deledda (Itália) em 1926, Sigrid Undset (Noruega) em 1928, Pearl Buck (Estados Unidos) em 1938, Gabriela Mistral (Chile) em 1945, Nelly Sachs (Suécia) em 1966, Nadine Gordimer (África do Sul) em 1991, Toni Morrison (Estados Unidos) em 1993, Wislawa Szymborska (Polônia) em 1996, Elfriede Jelinek (Áustria) em 2004, Doris Lessing (Grã-Bretanha) em 2007, Herta Müller (Alemanha) em 2009, Alice Munro (Canadá) em 2013, Svetlana Aleksievitch (Belarus) em 2015, Olga Tokarczuk (Polônia) em 2018 e Louise Glück (Estados Unidos) em 2020.

A Festa Literária Internacional de Paraty - FLIP teve, em 2021, sua 19ª edição. Até hoje, apenas quatro delas homenagearam mulheres: Clarice Lispector, na edição de 2005; Ana Cristina Cesar, em 2016; Hilda Hilst, no ano de 2018; e Elizabeth Bishop, em 2020. Foi recentemente, em 2017 que, pela primeira vez, o maior evento no calendário literário do País teve a maioria de convidados do gênero feminino. Segundo dados apresentados Revista X, v. 17, n. 04, p. 1341-1355, 2022.

na revista **Gênero e Número** (2017), nas edições anteriores do evento, a cada quatro pessoas convidadas, apenas uma delas era mulher. Foi a curadora Joselia Aguiar uma das responsáveis por ampliar a diversidade de convidados na Flip.

Na edição de 2017, foram recebidas 24 autoras, ao passo que os autores foram 22. A pluralidade não se restringiu apenas ao gênero, mas também contemplou pessoas negras. Nas quatorze primeiras edições menos de 5% dos palestrantes convidados eram negros, contudo, no ano supracitado, o número de mulheres negras convidadas foi 6, o dobro do apresentado em todas as edições anteriores juntas. (GÊNERO E NÚMERO, 2017)

No ano da 15ª edição da Flip, a presença de Joselia Aguiar refletia a realidade do mercado editorial brasileiro: na ocasião, ela era a segunda mulher a assumir a curadoria do evento e batalhava para expandir as escolhas e levar mais diversidade à festa literária. Contudo, a despeito da importância de contemplar mais artistas, tal ação demandava muito mais trabalho e pesquisa, já que restringir-se às recomendações das editoras e críticos literários seria permanecer na mesmice majoritariamente masculina e branca.

Em pesquisa publicada em 2005, Regina Dalcastagnè debruçou-se sobre romances publicados pelas editoras Rocco, Companhia das Letras e Record, entre os anos de 1990 a 2004, com o intuito de mapear o perfil das obras publicadas por três das principais casas editoriais do País. Foi feita a leitura cuidadosa de todas as 258 obras publicadas no período, seguida de uma ficha com informações sobre os livros. A pesquisadora constatou que dos 165 autores listados, 120 (72,7%) deles eram homens. Além disso, 94% dos autores eram brancos.

[...] Cerca de 70 anos após Virginia Woolf publicar sua célebre análise das dificuldades que uma mulher enfrenta para escrever, a condição feminina evoluiu de muitas maneiras, mas a literatura – ou, ao menos, o romance – continua a ser uma atividade predominantemente masculina. Não é possível dizer se as mulheres escrevem menos ou se têm menos facilidade para publicar nas editoras mais prestigiosas (ou ambos). Há um indício que sugere que a proporção entre escritores homens e mulheres não é exclusividade das maiores editoras. Uma relação de 130 romances brasileiros lançados em 2004, organizada para um prêmio literário, indica apenas 31 títulos escritos por mulheres, isto é, 23,8%. (DALCASTAGNÈ, 2005, p. 31).

A discussão sobre a presença de mais mulheres no meio editorial brasileiro é relevante, pois o mercado editorial pode influenciar o comportamento leitor da sociedade. Além disso, é a partir da movimentação feita no espaço mercadológico que

se determina quais autores/as e obras irão compor o cânone literário. Essas ações e decisões mercadológicas reverberam na sala de aula, influenciando quais livros chegarão às bibliotecas das instituições e quais estamparão as páginas dos livros didáticos.

## **NOVO CÂNONE LITERÁRIO: PROPOSTA UTÓPICA PARA UM PRESENTE CONCRETO**

Para Ernst Bloch (2005), utopia é ultrapassar o que nos é posto como algo natural, predestinado. A consciência utópica é, portanto, um instrumento que nos permite avançar no que está em processo, após visualizarmos o mistério real do mundo. A utopia é um sonho desperto, com capacidade para refutar a realidade letal. Para Bloch (2005), a utopia se relaciona diretamente ao sentimento de esperança, crucial para a humanidade.

A falta de esperança é, ela mesma, tanto em termos temporais quanto em conteúdo, o mais intolerável, o absolutamente insuportável para as necessidades humanas. É por isso que até mesmo a fraude, para ser eficaz, tem de trabalhar com esperança lisonjeira e perversamente estimulada (BLOCH, 2005, p. 15).

Portanto, a utopia para Bloch (2005) é a força de luta em direção a algo novo e que fará com que o cenário atual seja substituído por uma realidade melhor. Segundo o autor, “o que é desejado utopicamente guia todos os movimentos libertários [...]” (BLOCH, 2005, p. 18). Em sua obra, o autor evidencia dois significados de utopia:

O ponto central entre sonho e vida, sem o qual o sonho produz apenas utopia abstrata e a vida, por seu turno, apenas trivialidade, apresenta-se na capacidade utópica colocada sobre os próprios pés, a qual está associada ao possível-real [...] Com isso, aqui teria lugar o conceito de utópico-concreto, apenas aparentemente paradoxal, ou seja, um antecipatório que não se confunde com o sonhar utópico-abstrato, nem é direcionado pela imaturidade de um socialismo meramente utópico-abstrato (BLOCH, 2005, p. 145).

A partir disso, é possível pensar na utopia seguindo duas vertentes: a utopia concreta e a utopia abstrata. Bloch (2005) enfatiza que o que diferencia a fantasia da função utópica da fantasia quimérica é que a primeira tem a vantagem o “ainda-não-ser”. Ou seja, não se trata de uma possibilidade vazia, mas é algo que pode ser real. Portanto, entende-se que há uma utopia baseada na fantasia, em possibilidades irreais e que não acontecerá, a qual chamou de abstrata. Por outro lado, há uma utopia concreta, que pode vir-a-ser realizada mediante luta.



A utopia abstrata é relacionada por Bloch (2005) com o sonho noturno, sendo algo que é reprimido, esquecido e que não tem a possibilidade de acontecer. Já a utopia concreta relaciona-se ao sono diurno, sendo entendida como um antecipador do que está sendo planejado.

A utopia concreta trata do vir-a-ser, já que projetar-se para o futuro é uma ação própria do ser humano e assim, coletivamente, conseguimos transpor o que está imposto, criando um novo presente. Diante disso, somente a utopia concreta tem condições de romper com a não-liberdade, não-felicidade e com a atual configuração social embasada em divisão e opressão. “A utopia só trabalha em prol do presente a ser alcançado” (BLOCH, 2005, p. 308). Portanto, é essa força-motriz que nos impulsiona a lutar por algo que transforme nossa realidade. Dessa forma, a utopia concreta não se configura como algo impossível de alcançar, mas sim como uma realidade possível de ser construída coletivamente.

Inspirando-se nesse conceito, pode-se dizer que pensar a literatura por uma perspectiva de equidade e valorização da autoria feminina é uma proposta utópica, com vistas à utopia concreta, que deve ser construída a partir da coletividade, almejando alcançar um presente de oportunidades iguais, transpondo os estereótipos patriarcais atuais.

Os manuais sobre História da Literatura possuem poucos nomes femininos. Como exemplo disso pode-se citar *O Cânone Ocidental*, de Harold Bloom, que, dos 26 autores citados como fundamentais para a literatura ocidental, elenca apenas três mulheres: Jane Austen, Emily Dickinson e Virginia Woolf. Em nível nacional, na obra *História Concisa da Literatura Brasileira*, de 1994, Alfredo Bosi traz apenas quatro autoras: Francisca Júlia, Rachel de Queiroz, Cecília Meireles e Clarice Lispector. Essas constatações mostram como a produção literária feminina foi vista como menor ao longo dos séculos.

Nota-se que os nomes femininos figuram os manuais de literatura apenas a partir da Idade Contemporânea, tal qual ocorre em *O Cânone Ocidental* (1995). Essa escolha desconsidera todas as produções literárias femininas anteriores, criando uma lacuna da participação das mulheres na história da literatura. Apesar da importância da obra de Bloom, seu estudo é criticado por parte dos acadêmicos por deixar de lado produções importantes, sobretudo que abarcam os Estudos Culturais e a Crítica Literária Feminista. O autor, em contrapartida, chama-os de “Escola dos Ressentidos”. Apesar de a publicação de Bloom ser amplamente usada no ambiente acadêmico até hoje, ela evidencia um pensamento predominantemente eurocêntrico, aristocrático e masculino e demanda senso crítico em sua análise.

Judith Butler (2021) afirma que o conceito de gênero foi forjado para se opor à concepção binária de sexo embasada no determinismo biológico. O gênero é construído performaticamente pela cultura, se tornando também um determinismo.

[...] a ideia de que o gênero é construído sugere um certo determinismo de significados do gênero, inscritos em corpos anatomicamente diferenciados, sendo esses corpos compreendidos como recipientes passivos de uma lei cultural inexorável. Quando a ‘cultura’ relevante que ‘constrói’ o gênero é compreendida nos termos dessa lei ou conjunto de leis, tem-se a impressão de que o gênero é tão determinado e tão fixo quanto na formulação de que a biologia é o destino. Nesse caso, não a biologia, mas a cultura se torna o destino. (BUTLER, 2021, p. 28 – 29).

Da mesma forma que a escultura e a pintura no Brasil, o adjetivo “feminina” atrelado à literatura por muito tempo reduziu a produção artística feita por mulheres a estereótipos com base em performances de gênero. A proposta utópica é que ampliemos a discussão e passemos a debater essa perspectiva de forma plural: LITERATURAS DE AUTORIA FEMININA.

Assim, é possível perceber que a produção literária feita por mulheres é ampla em suas temáticas, estéticas, abordagens e gêneros. A crítica literária no Brasil é recente e surgiu em um contexto onde havia poucas universidades dedicadas aos estudos literários. Segundo Melissa Carvalho Gomes (2003), a autoria feminina ainda é discutida com o intuito de tentar compreender quais sentidos se atribuem à fala das mulheres.

Para Nelly Novaes Coelho (1991), a existência de uma “voz feminina” na literatura é fruto de uma concepção biológica de que homens e mulheres possuem determinação do gênero na sua criação artística. Partindo dessa concepção, a arte masculina seria retrato de sua virilidade, ao passo que a feminina iria se deter em retratar fragilidade e sensibilidade. Fundar uma crítica literária que trate obras feitas por mulheres apenas sob a perspectiva de temáticas domésticas e maternais é limitar as escritoras a um estereótipo embasado em performances de gênero socialmente propagadas. A distinção entre a criação literária de homens e mulheres não deve partir apenas de concepções biológicas ou que reforcem estereótipos de gênero. Dessa forma, a proposta de um novo olhar para as produções de autoria feminina pretende ampliar a percepção de literatura.

## LITERATURA DE AUTORIA FEMININA E CURRÍCULO ESCOLAR: A REALIDADE A SER TRANSPOSTA

O mercado editorial brasileiro movimentou o cenário literário em vários âmbitos, desde os autores mais premiados aos que compõem o cânone literário e, conseqüentemente, irão fazer parte do currículo acadêmico seja em universidades, seja em escolas de nível básico.

Quando, enfim, a literatura de autoria feminina deixou de ser ignorada e começou a chamar a atenção de estudiosos e pesquisadores, além do público, o interesse foi visto como modismo. Contudo, conforme aponta Coelho (1991), esse interesse tem o intuito de evidenciar as diversidades na literatura.

Também segundo Coelho (1991), a literatura de autoria feminina demanda da crítica literária uma atenção que não é judicativa, haja vista que o foco não é determinar se a escrita feita por mulheres é melhor ou pior que a produzida por homens. É essa crítica que consolida a presença dos escritores no mercado e, conseqüentemente, em premiações e instituições de ensino.

Aline Oliveira Souza, em sua monografia desenvolvida no Curso de Especialização em Gênero e Diversidade na Escola, vinculada ao Instituto de Estudos de Gênero do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, na UFSC, comparou quantitativamente as escritoras presentes nos livros didáticos de língua portuguesa do Ensino Fundamental II usados na rede pública de ensino na cidade de Florianópolis.

Segundo Souza (2017, p. 15), “a literatura e sua história presentes nos livros didáticos estão ligadas à ênfase dada aos textos clássicos e canônicos que, não por acaso, são de autoria de homens – traço que, muitas vezes, impede/reprime/invisibiliza a produção das mulheres.”

Souza (2017) usou em sua análise comparativa três livros didáticos do Ensino Fundamental Anos Finais e constatou que, em um dos livros analisados, o número de escritores homens citados eram 63, ao passo que o de mulheres escritoras era de apenas 10.

Se compararmos os dados, podemos verificar que a citação de fragmentos literários destinados a mulheres não chega a ser de 10%. Isso parece sustentar a perspectiva/discurso hegemônico/patriarcal de que as mulheres não têm seu papel devidamente representativo/reconhecido [...]. (SOUZA, 2017, p. 33)

O pequeno número de mulheres nas listas de livros mais vendidos, preenchendo as cadeiras na Academia Brasileira de Letras ou listadas no robusto cânone literário brasileiro não confirma que há poucas escritoras brasileiras ou que mulheres não tenham interesse em literatura, mas sim que a elas, durante muito tempo, esse espaço foi negado. Isso se reflete nas salas de aula na educação básica quando, ao introduzir literatura no cotidiano escolar, os autores citados são em sua maioria homens. As/os estudantes, ao terem os primeiros contatos com a literatura na escola, se deparam com pouquíssimos nomes femininos e acabam por internalizar que na história da literatura brasileira, tal qual no resto do mundo, não existem mulheres autoras salvo raras exceções.

[...] Sabemos que a literatura não se resume apenas a um número restrito de mulheres que escrevem – e muito menos de homens. Porém, apenas algumas entram para a categoria de célebres, como Raquel de Queiróz e Lygia Fagundes Telles, que integram a Academia Brasileira de Letras (ABL) e, portanto, são autoras já consagradas. Por este motivo, seus nomes aparecem nos livros didáticos de modo mais recorrente. Mas é importante ressaltar que a ABL possui 40 cadeiras, das quais apenas 6 são ocupadas por escritoras, sendo elas: Ana Maria Machado, Dinah de Silveira de Queiroz, Lygia Fagundes Telles, Nélida Piñon, Raquel de Queiróz, e Zélia Gattai. (SOUZA, 2017, p. 41)

Abordar escritoras como Carolina Maria de Jesus ou Conceição Evaristo em sala de aula hoje é ir contra discursos que afirmam que suas obras não são literárias ou as rotulam como livros paradidáticos. Inserir nas aulas discussões sobre outras escritoras é ampliar o repertório cultural das/os estudantes, apresentando a elas/es novas possibilidades de representatividade e de contemplarem o mundo através de novos olhares.

Analisar como os livros didáticos contemplam as escritoras e quais são as autoras mais citadas pode fornecer um parâmetro comparativo de quais nomes são mais recorrentes às/aos estudantes e porque há ainda hoje resistência em levar para o espaço escolar outras obras cuja importância a crítica deixou passar.

## **A PARTIR DAQUI**

Ao longo dos séculos muitas mulheres usaram as letras para se expressarem. A despeito da riqueza de publicações e autoras, o espaço dado às obras de autoria feminina ainda é modesto tanto no mercado editorial quanto nas páginas dos livros didáticos.

Nas listas de livros mais vendidos no País ainda predominam obras de autores masculinos. Por muito tempo, essa proporção desigual foi atribuída à qualidade das obras e à ausência de escritoras mulheres atuantes. Porém, como já constatado historicamente, as mulheres sempre tiveram muito a dizer, mesmo diante das diversas formas de silenciamento impostas. Chegaram, inclusive, a usarem pseudônimos masculinos para terem suas obras publicadas.

A inclusão de nomes de autoras literárias nos livros didáticos enriquece a vivência das/os estudantes, traz representatividade, amplia a compreensão de literatura e proporciona diversos olhares sobre a história das mulheres e sobre a arte. O conhecimento literário demanda contato com obras diversas e propicia a interação com obras de mais autoras no estudo da literatura, o que é muito significativo para a experiência das/os jovens.

Nossa pesquisa está em andamento, haja vista a amplitude da problematização do tema. Dessa forma, os próximos passos são, a partir desse embasamento introdutório, desenvolvermos a análise de coleções atuais de livros didáticos utilizados no Ensino Médio do Instituto Federal de Alagoas, com o intuito de verificarmos, localmente, os desdobramentos da pouca presença de literatura de autoria feminina no material usado por professoras/es e estudantes da cidade de Maceió - AL. A partir do referencial teórico reunido até aqui e outros referenciais a serem inseridos nesta pesquisa, analisaremos os livros didáticos usados pelos estudantes, investigando quantas autoras são citadas no material e quanta diversidade é apresentada ao abordar o ensino de literatura.

## REFERÊNCIAS

**A autoria feminina na atual literatura brasileira.** Jornal Opção, 2018. Disponível em <<https://www.jornalopcao.com.br/opcao-cultural/autoria-feminina-na-atual-literatura-brasileira-117869/>>. Acesso em: 10 de novembro de 2021.

**A participação das mulheres na história da arte.** Arteref, 2021. Disponível em: <<https://arteref.com/opinio/instituto-tomie-ohtake/a-participacao-das-mulheres-na-historia-da-arte/>>. Acesso em: 23, março, 2021.

BLOCH, Ernst. **O Princípio Esperança.** Tradução de Nélio Schneider. Rio de Janeiro: EDUERJ: Contraponto, 2005. v. 1.

BLOOM, Harold. **O cânone ocidental.** 4. ed. Rio de Janeiro: Ed. Objetiva, 1995.

BOSI, Alfredo. **História Concisa da Literatura Brasileira.** 2. ed. São Paulo: Editora Cultrix, 1978.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade.** Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021.

COELHO, Nelly Novaes. A literatura feminina no Brasil contemporâneo. **Língua e Literatura**, n. 19, p. 91-101, 1991.

DALCASTAGNÈ, Regina. A personagem do romance brasileiro contemporâneo: 1990-2004. **Revista Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, Brasília, n. 26, p. 13-71, jul./dez. 2005. Disponível em: <<http://seer.bce.unb.br/index.php/estudos/article/viewFile/2123/1687>>. Acesso em: 11 nov. 2021.

**Em 15 anos, palcos da Flip receberam apenas 25% de mulheres autoras.** Gênero e Número, 2017. Disponível em <<https://www.generonumero.media/em-15-anos-palcos-da-flip-receberam-apenas-25-de-mulheres-autoras/>>. Acesso em: 18 de novembro de 2021.

GOMES, Melissa Carvalho. **Imagem e auto-imagem: identidade feminina no cânone literário brasileiro.** Signótica, v. 15, n. 1, p. 63-75, 2003.

GOULART, Clarice. O LUGAR SOCIAL DA ESCRITORA: UMA INVESTIGAÇÃO CONTEMPORÂNEA A PARTIR DO PROJETO LEIA MULHERES. **ANAIS DO IX SAPPIL-Estudos de Literatura**, v. 1, n. 1, 2019.

MAGRI, Ieda. **Existe literatura brasileira fora do Brasil?** Miradas a la narrativa contemporânea latino-americana, San José, p. 37, 2014.

MAGRI, Ieda. **O mapa da literatura brasileira atual no contexto da América Latina.** Disponível em <<https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/13/16/o-mapa-da-literatura-brasileira-atual-no-contexto-da-ameacuterica-latina>>. Acesso em: 10 de novembro de 2021.

SOUZA, Aline Oliveira *et al.* **E quando as escritoras (não) aparecem nos livros didáticos:** Uma análise comparativa. 2017.

WOLLSTONECRAFT, Mary. **Reivindicação dos direitos da mulher.** Boitempo Editorial, 2017.

**Recebido em:** 20 ago. de 2022

**Aceito em:** 04 out. de 2022